

3 A ILHA DE ITAPARICA

Neste capítulo, busca-se contextualizar o local que serve de base para a pesquisa: a comunidade de **Baiacu**. Antes, porém, descrevem-se os dois municípios que constituem a Ilha de Itaparica: o município de Itaparica e o município de Vera Cruz, politicamente distintos, e geograficamente singulares.

- OS MUNICÍPIOS DE ITAPARICA E DE VERA CRUZ

A baía de Todos os Santos tem na Ilha de Itaparica o seu melhor reduto natural, não somente natural, mas cultural e cênico, a exemplo de manguezais, restinga, mata atlântica, espécies endêmicas, pesca, aves migratórias, animais em extinção, terreiros de candomblé, artesanato, falésias, fontes de água mineral, museus, igrejas, fortes, festas populares e unidades de conservação. A comunidade de Baiacu fica localizada na Ilha de Itaparica, no município de Vera Cruz.

A Ilha de (I)Taparica durante décadas foi o referencial do denominado turismo de segunda residência, ou simplesmente veraneio. Ao longo do tempo, e sem o aparecimento de novos destinos, a tendência foi a quase destruição de seus recursos naturais, incluindo aqui os mananciais aquíferos, espalhados pelos quatros cantos do lugar, degradação do ambiente praieiro, instalação de práticas predatórias contra a natureza, do tipo pesca com explosivos, queimadas e a descaracterização da vegetação pela expansão desordenada dos condomínios. A história da Ilha de (I)Taparica é singular, embora se tenham perdido muitos documentos e relatos dos mais antigos, sendo preciso conservar o que resta.

A história pretérita da Ilha passa pela ocupação da área pelos Tupinambás, que aqui dominavam, com seus costumes antropofágicos. Segue-se a ocupação pelos portugueses, iniciada com a instalação de Diogo Álvares Correia, em 1509, o Caramuru, que esposa a índia Paraguassu, batizada, posteriormente por Catarina, filha do Tubixá (Morubixaba), equivalente a cacique em outras tribos, o mais poderoso da área de nome Taparica.

As invasões holandesa e francesa compõem este quadro de disputa pelo novo território extrativista e a instalação da caça às baleias, em 1603, completa, também, o início dos conflitos de uso dos recursos ambientais.

Com a ocupação do Brasil por Portugal, em 1534/1536, a Ilha de Itaparica foi concedida a D. Antônio de Ataíde, segundo Conde de Castanheira, pelo regime das Capitanias Hereditárias. Em relação ao aspecto econômico, a Ilha sobrevive principalmente da pesca. Conforme o professor Everaldo Queiroz (2001), de Itaparica eram retiradas cem a duzentas baleias anualmente, pois esse ambiente era um local para reprodução e alimentação das suas crias. Essa caça trouxe mudanças para o comportamento dos pescadores, na comunidade local. Os caçadores de baleia trouxeram todo um arcabouço de mudanças inclusive culturais, deram até o nome do padroeiro de Itaparica, São Lourenço, que, de certa forma, era o padroeiro das baleias, causou impacto na baía, afastando os animais até chegar à sua extinção. Vale citar também que, com a valorização do curtume, a destruição do manguezal foi praticamente total. Mas, antes mesmo da Ilha ter como principal atividade econômica a pesca da baleia, que vai até o final do século XIX, durante mais de um século, a Ilha era o local de plantação de cana-de-açúcar e de criação de gado bovino.

Com base em Perrone (1996), a Ilha de Itaparica integra a microrregião do Recôncavo Baiano, à distância direta de apenas doze quilômetros de Salvador, ou sete milhas de distância, que lhe faz face do outro lado do mar, ou de 283,6 quilômetros, se por via rodoviária, circundando a Baía de Todos os Santos. As principais vias de acesso à Ilha são pelo mar – através dos sistemas *ferry boat* e catamarã, com saída de São Joaquim – Bom Despacho e, através da lancha, com saída do Mercado Modelo – Mar Grande. Por terra, há três vias de acesso: BA-532, BA-533 e a BA-001. Pelo ar, o Aeródromo de Vera Cruz.

A lei Estadual nº 26.122, de 27 de abril de 1978, confere à Ilha de Itaparica o *status* de floresta e reserva ecológica, com área estimada em 3.724 hectares, sob regime administrativo da Companhia do Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). Atualmente, a ilha está incluída na Área de Proteção Ambiental (APA) da Baía de Todos os Santos e abriga as unidades de conservação municipal: Parque Ecológico do Baiacu (Vera Cruz), APA Pinaúnas (Vera Cruz) e Estação Ecológica Ilha do Medo (Lei nº 08 de 27/07/91- Itaparica). Com coordenadas de 12°52'45" de latitude sul, 30°41'10" de longitude oeste e altitude média de dois metros, a Ilha de Itaparica é a maior da Baía de Todos os Santos (PERRONE, 1996, p.26).

A Ilha encontra-se a sudoeste da Baía o que faz lembrar aos marujos as terras de “Caparica”, povoação às margens do Tejo, em Portugal, ou segundo Osório (1979, p. 17), “palavra que na língua tupy significa ‘cerca feita de pedras’”. Conforme este historiador,

[...] o nome Itaparica possui duas formas e várias acepções: Caparica, devido a ser assim batizada pelos expedicionários portugueses; Itaparica, oriundo de “Itapari”, em alusão à corda de recifes que protege a costa oceânica; ou simplesmente Taparica, em alusão ao chefe da tribo dos tupinambás, pai de Catarina Paraguassu (OSÓRIO, 1979, p.196).

De acordo com Queiroz (2001), o eminente historiador, Teodoro Sampaio, segundo descreve Luiz Caldas Tibiriçá, tupinólogo, em seu livro “Dicionário de Topônimos Brasileiros de origem Tupi” (1997) registra o seguinte significado para o nome da Ilha: ilha e cidade da Bahia; é alteração de ita-pari, barragem de pedra, nome dado, primeiramente, a ilha da Baía de Todos os Santos e depois à cidade.

Entre os topônimos *Caparica*, *Itapari*, *Itaparica*, *Taparica* existem diferenças de idiomas e de grafia. Mas, uma coisa não pode se afastar, a raiz da palavra e sua origem: *taparica*, uma referência clara ao pai de Catarina Paraguassu.

Segundo Queiroz (2001), no início do século XIX, ocorreria a mudança de Ilha de Taparica, passando a ter a atual grafia de Ilha de Itaparica, conforme mapas feitos em 1631, por João Teixeira Albernaz, e o mapa da segunda metade do século XVII, por Jorge Maregrave.

A Ilha, como todos a conhecem, um nome bitemático que passa a monotemático, possui grande potencial de recursos naturais e paisagens deslumbrantes. Na sua face voltada para o oceano, apresenta uma cadeia de recifes, numa extensão de 15 km, formando piscinas naturais para banho e prática de esportes. Outra face da Ilha é representada pelos mangues da contra costa. São manguezais ricos e servem como sinônimos de preservação das espécies marinhas. Na conjuntura atual, existe um comércio local, gerador de outros tipos de emprego: escolas, repartições públicas e mercados municipais.

De uma forma geral, o abastecimento é facilitado por um grande supermercado, que serve a toda a Ilha, próximo ao terminal do Bom Despacho, local que serve como atracadouro para o *ferry-boat* e, também, como centro comercial. Durante o período de alta estação (dezembro até fevereiro), a Ilha se transforma em atração turística,

MAPA 2- BAHIA DE TODOS OS SANTOS



P1010082(2592x1944x16M jpeg)

De acordo com Perrone (1996), o município de Itaparica constitui-se em um só distrito, com área de 35 quilômetros quadrados, provido de extensas praias e coqueirais. Limita-se ao norte e leste com o Oceano Atlântico, ao sul, com o município de Vera Cruz, e, ao oeste, com o de Salinas de Margarida.

Pesquisas e levantamentos decorrentes do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008) informam que a área da unidade territorial de Itaparica é de 116 Km², em se tratando da contagem da população em 2007 era de 19.897 habitantes, o que equivale também para o número de pessoas residentes.

A Ilha tem extensas praias, coqueirais, manguezais, fruticulturas, água mineral, mariscos, arquiteturas barroca, neoclássica e moderna – igrejas, casarios, monumentos históricos, hotéis. Seus moradores são cordiais e vivem em um ambiente de constante tranqüilidade. Revelam-se sem muita ambição de poder e guardam ainda muitos dos aspectos dos ancestrais indígenas.

Com a implementação do sistema de transporte marítimo da Bahia, ligando a Ilha de Itaparica a Salvador, em 1960 e, posteriormente, com a construção da “Ponte do Funil”, ligando o continente à Ilha, observam-se significativas mudanças no contexto sócio-cultural e econômico dos nativos moradores da Ilha.

Exatamente nesta Ilha, encontra-se o município de Itaparica, que foi criado como território desmembrado do município de Salvador, com o nome de “Denodada Vila de Itaparica”, por Decreto Imperial de 25.08.1831. A cidade sede do município de Itaparica é essencialmente histórica, pois é símbolo da luta pela independência da Bahia. A data 7 de janeiro de 1823 expressa sua marca histórica de muitas lutas e vitórias. O município de Itaparica dispõe de sete distritos: Manguinhos, Amoreiras, Porto dos Santos, Bom Despacho, Mocambo, patrimônio de área natural, isto é, antiga área de defesa da ilha contra os invasores, Misericórdia, Ponta de Areia e a própria sede: Itaparica.

Com base no Guia Cultural da Bahia (1998, p. 61-67), as características econômicas do município itaparicano centram-se na pesca, na agricultura, produção expressiva de manga, e água mineral. Os serviços públicos, sociais e culturais oferecidos pela comuna estão assim distribuídos: escolas, biblioteca, correios, hospital, posto bancário Bradesco, hotéis, pousadas, estádio de futebol. Os principais bens representativos da cultura e da história do município são: Fonte da Bica, Fortaleza São Lourenço, Igrejas, artesanatos, grupos de capoeira e folclore, candomblé angolano, culinária típica e, claro, o escritor João Ubaldo Ribeiro, entre outros.

Em se tratando do município de Vera Cruz, ele teria sido primitivamente uma antiga aldeia desse nome, fundada em Itaparica pelos jesuítas Padre Antônio Pires e o irmão Manuel de Andrade, em 1560, posteriormente chamada de “Santa Cruz” (PERRONE, 1996, p. 27). Hoje se sabe que a aldeia se refere à localidade denominada Baiacu, o primeiro povoado surgido no ano de 1560, quando os portugueses ergueram a primeira igreja da Ilha (2ª Matriz do Brasil), sob as bênçãos do Nosso Senhor da Vera Cruz. Explica-se, portanto, a origem do nome do município.

Distante de Salvador 6,5 km, Vera Cruz é uma comuna criada juntamente com os territórios dos distritos de Mar Grande (atual sede do município), e foi desmembrada

de Itaparica, por Lei Estadual, de 31.07.1962. Todavia, o município passou a fazer parte da Região Metropolitana de Salvador, em 1937, isto é, 25 anos antes de ser desmembrado do município de Itaparica. A sede formada distrito foi elevada à categoria de cidade, concomitante à lei que criava o município.

De acordo com dados do IBGE (2008), a área de unidade territorial do município de Vera Cruz é de 253 km², e tinha uma população estimada, em 2007, de 35.060 habitantes, o que condiz também com o número de pessoas residentes.

Da miscigenação das raças indígena, branca e negra, nasceu um povo de cor característica única, herdeiro de um jeito de hospitalidade Tupinambá, desde quando recebeu de braços abertos o português Diogo Álvares Correia, o Caramuru, inaugurando aí a receptividade ao turista, traço marcante dos nativos de Vera Cruz.

Vera Cruz é um município essencialmente urbano, freqüentado nos finais de semana mormente pelas classes média e média alta da capital baiana, das cidades do Recôncavo e do Distrito Federal. Seu clima é tropical (quente e úmido), com temperatura média de 28°. Sol e praias, turismo e lazer são o principal atrativo natural de Vera Cruz, que ainda tem rios que banham falésias; espelhos d'água que retratam o verde do manguezal; fontes de água potável à beira-mar; restinga de mata atlântica com trilha para o turismo de aventura e cenários para a prática de esportes náuticos (regatas) e aéreo (paraquedismo). Ruínas de igrejas, de fornos, de moinhos representam os atrativos históricos.

A cultura é retratada fortemente pelas festas religiosas com procissões marítimas e terrestres. A topografia do município é predominantemente plana, os picos são raras exceções. As coordenadas da Sede Municipal são: Lat. 12 ° 57' 32" S e Long. 38° 36' 16' W. Conforme se observou em *out-door*, os serviços e programas oferecidos às localidades do município são: Serviço Médico de Atendimento de Urgência (SAMU); Programa de Saúde à Família (PSF); Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Programa de Atenção ao Trabalho (PAT); Programa Nacional de Atenção à Família (PRONAF); Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Programa de Atenção Integral à Família (PAIF); Creches; Transporte escolar; Agente Jovem; Centro de Convivência para Idosos.

Para se chegar até Vera Cruz, de Salvador a Mar Grande, são 35 minutos de viagem de lancha. As lanchas (cada embarcação tem um nome específico, exemplo: "Cavalo Marinho", "Gal Costa"), em geral, comportam cerca de cento e noventa e seis passageiros. O valor da passagem é de R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos),

em dias úteis; e nos domingos ou feriados, paga-se o valor de R\$ 4,85 (quatro reais e oitenta e cinco centavos). De ferry-boat, a viagem é feita em 1h10min, até Bom Despacho, no valor de R\$ 4,10 (quatro reais e dez centavos), aproximadamente, com exceção de domingos e feriados, quando o valor da passagem passa a ser mais alto. Apenas quinhentas pessoas podem viajar no sistema *ferry-boat*, devido ao transporte também de automóveis e outros tipos de veículos.

Aparentemente paradisíaca, a Ilha surpreendeu a todos que ali se encontravam, no dia 24 de janeiro de 2008. De viagem a Baiacu, para realizar a terceira etapa das entrevistas com os pescadores, a pesquisadora deparou-se com uma manifestação contra a violência na Ilha, que reuniu autoridades, moradores e visitantes. Esse fato culminou em uma paralisação geral dos serviços oferecidos, tais como: lanchas, *ferrys*, kombis, casas comerciais, mercados etc. Segundo depoimento do trocador de uma Van, transporte coletivo da Ilha, senhor SS, 27 anos “*coisa que não se via antes, tá acontecendo aqui, a violência tá demais, estrupo, violência*”. Talvez tudo isso seja consequência do neoliberalismo, da flexibilidade do trabalho, do desemprego, entre outras questões sociais.

Vera Cruz consta de vinte distritos e povoados que formam o município, começando por Gameleira, nas proximidades de Bom Despacho e, contornando a Ilha no sentido norte/sul/norte até a localidade de **Baiacu**, seus principais distritos são: Cacha-Pregos, Jiribatuba e Mar Grande. No entanto, há várias comunidades expressivas: Barra do Gil, Gameleira, Conceição, Berlinque, Barra do Pote, Taipoca, Coroa, Barra Grande, Pedrão, Tairu, Aratuba, Parapatinga, Catu, Matarandiba, Ponta Grossa, Campinas e **Baiacu**.

O município de Vera Cruz tem como bases econômicas a pesca, a agricultura (produção expressiva de coco e de manga) e a produção de salgema. Oferece serviços sociais e públicos, tais como, escolas, porto de atracação de lanchas, agência bancária do Banco do Brasil e hospedagens. Vera Cruz é palco também de entidades, espaços culturais e históricos, dentre os quais se encontram: auditórios, casarão da Penha, galerias, quadra esportiva, manguezais (Baiacu, Catu, Jiribatuba, Matarandiba), caieiras-forno, capelas, chafariz, igreja Matriz do Nosso Senhor da Vera Cruz (segunda do Brasil), senzalas, moinhos, cruzeiros, vilas, artes, danças, artesanatos, folclore, música, capoeira, teatro do Guiga, candomblé de preservação do culto de origem africana, serviços gráficos, culinária (cuscuz, mingau e a moqueca de mariscos e de peixes),

benzedoras e meios de comunicação como: emissora de rádio FM, o jornal *Tribuna da Ilha* e a revista *Flash*.

Na culinária, os vera-cruzeses fisgam os visitantes com o tempero que o Brasil herdou da África, mas com matéria-prima nativa. Vivendo praticamente da pesca, a maior parte da população se alimenta de frutos do mar: ostra, chumbinho, aratu, siri, caranguejo, samambi, polvo, lula, camarão, lagosta e os mais diversos tipos de peixes.

A grande diversidade biológica, a fauna e a flora terrestres e marinhas, despertam em biólogos, agrônomos e oceanógrafos o desejo de explorar cientificamente Vera Cruz. Porém, o mesmo não se pode dizer em relação à pesquisa lingüística, apenas duas foram realizadas na localidade do **Baiacu**, uma sobre “Aspectos lexicais no uso de apelidos na comunidade do Baiacu” e a outra sobre “A variação no topônimo Ba’iaku/Baia’ku”. Atualmente, esta dissertação intitulada “As denominações para os pescadores e os apetrechos de pesca na comunidade do Baiacu - Vera Cruz - Bahia”, e uma tese sobre “As narrativas da pesca”, essa sob a responsabilidade de uma estudante de doutorado da Faculdade de Comunicação- Facom- UFBA.

Tanto o município de Itaparica como o de Vera Cruz são sinônimos de paz, hospitalidade, beleza, tranqüilidade e história. Juntos somam 54.957 habitantes que residem nesses municípios, unidos pelas praias, rios, cachoeiras, lagos, fontes, pantanal marítimo, mata primária e manguezais verdejantes. Tudo isso aliado a um acervo arquitetônico que remonta ao período colonial de grande diversidade cultural.

Dentre outros costumes, ressalta-se a culinária branca, africana e indígena, derivada da miscigenação que transformou o ato de comer em um ato de prazer para os olhos, o olfato e o paladar. De sua natureza, podem usufruir os espaços para esportes náuticos, ecoturismo, ecoesporte, esportes de aventura e tantas outras modalidades de lazer, sem contar com a prática do turismo religioso.

3.2 A COMUNIDADE DE BAIACU

A Vila de pescadores de Baiacu é uma comunidade pertencente ao município de Vera Cruz, situado na Ilha de Itaparica. Distante de Salvador 43 km, está localizada na contra-costa da Ilha. Possui variação vegetal pertencente à província atlântica: manguezal, restinga e mata secundária. De acordo com Queiroz (2001), a restinga e o manguezal são as principais feições fitossociais da região, entrecortadas por capoeiras e áreas com cobertura vegetal similar à vegetação de cerrado.

A localidade de Baiacu é remanescente da primeira ocupação da Ilha, em 1560, sendo a mais antiga e importante colônia de pescador que tem a Ilha. No início, século XVI (1560), Baiacu era a mais importante e tradicional das 27 (vinte e sete) comunidades existentes na Ilha de Itaparica, devido a ter sido o único vilarejo onde o jesuíta Luís da Grã e seus companheiros de catequese aportaram e edificaram a segunda igreja católica matriz no Brasil, sob a invocação do Nosso Senhor da Vera Cruz, catalogada entre as primeiras edificações religiosas do país, por onde passaram padre Manoel da Nóbrega e José de Anchieta. As ruínas da segunda capela erigida no Brasil, inaugurada em 1561, resistem à ação de gameleiras, árvores sagradas do candomblé-irôco.

Baiacu tem como origem o termo *Mayacu*. Com base nos dicionários de Afonso de Freitas (1976) e Lemos Barbosa (1951), o termo [maya'ku] é um termo tupi que caiu em desuso na época pós-clássica, devido a motivos fonéticos. A diferenciação pode se dever a causas histórico-lingüísticas. O termo *Baiacu* deve ter surgido por influência do substrato no campo da fonética. Na conjuntura atual, o que se tem percebido na comunidade é que o topônimo *Baiacu* encontra-se em processo de mudança em curso ou variação entre os termos [Ba'jaku] e [Baja'ku]. A faixa etária 1 (F1), a mais jovem, faz uso da variante inovadora e considerada estigmatizada na comunidade [Ba'jaku], e a F3, faixa dos idosos, mantém a variante considerada padrão, [Baja'ku].

Na concepção de estudiosos como Osório (1979), “Baiacu tem a origem do seu nome no pescado de mortífero veneno, descrito por Pero de Magalhães Gandavo, na “História da província de Santa Cruz” (OSÓRIO, 1979, p. 396-397). Os lexicógrafos Nascentes (1966) e Ferreira (1999) assim designam o termo: “baiacu é da família do tupy baya'ku” (NASCENTES, 1966, p. 83); “1. designação popular de espécies de

peixes teleósteos, plectógnatos, que têm corpo revestido de escamas, espinhos ósseos ou placas ósseas, e vivem no mar ou água doce. [...]” (FERREIRA,1999, p. 254).

Todavia, a comunidade do **Baiacu** assim é designada, em virtude de os moradores relacionarem uma quantidade significativa de peixes da espécie “baiacu” à localidade que tomaram por moradia. Eles associam o pescado à comunidade.

Dados e informações contidos na história da Ilha remetem especificamente à pesca, por exemplo, à questão da introdução a caçadas de baleias em 1603, na Ponta das Baleias, onde hoje é a cidade de Itaparica. Lá foi construída a primeira armação de caça às baleias.

Esse fato sobre a pesca das baleias é o centro da história da pesca em Baiacu. No século XVI até meados do século XIX, existia grande quantidade de baleia na comunidade por isso, os antepassados (os índios tupinambás) construíram a estrutura da pesca em torno de ossos e óleos de baleia. Os tejumpares – lugar onde os pescadores guardavam seus utensílios de pesca – eram o retrato fiel dessa “arquitetura”. Atualmente, existe ainda a estrutura da armação dos tejumpares, porém o material é outro. Não são mais ossos de baleia, mas sim, estacas de pau ou, conforme os pescadores conceituam, *paero*, com a supressão da lateral palatal. O palheiro é uma pequena habitação feita com palhas de coqueiro e estacas de pau. Alguns estão sendo construídos à base de tijolos, fato que pode desequilibrar o ecossistema.

Observa-se na comunidade a herança da cultura primitiva, tradicional e primária, no que se refere ao manuseio da pesca, pois os pescadores ainda cultivam os hábitos e costumes indígenas, seja no uso de material da pesca, nos hábitos alimentares (farinha de mandioca, bebidas alcoólicas), seja para “perguntar” à natureza se a maré e o tempo estão bons para a pescaria. Quer dizer, há uns hábitos vivenciados pelos pescadores da comunidade que os fazem se reconhecer enquanto sucessores daqueles ancestrais.

Baiacu é uma vila que fica parada no sol. Os homens conversam ou em bares, ou “proseam pro ar”, ou nos palheiros. Gostam de admirar o mar e pensar. Repararam a areia, seguem o vai-e-vem da maré. Aprendem o segredo da água. É raro, em Baiacu, a exogamia, casamento com alguém de fora de seu próprio povo. A maioria casa com pessoas da própria comunidade, o que contribui, talvez, para manter o seu labor diário da pesca, sem outra perspectiva. A população residente no Baiacu tem um passado relativo ao primeiro povoado fundado pelos jesuítas.

Como manifestações culturais, a comunidade é símbolo de uma das festas mais tradicionais da Ilha: 14 de setembro, dia de Nosso Senhor da Vera Cruz. Em Baiacu,

esse dia é muito especial para os moradores e devotos. Comemora-se o dia de Nosso Senhor da Vera Cruz. Os moradores ficam na expectativa do mês de setembro, referindo-se a ele como “*a festa de setembro, veim o mês de setembro*” (CS, 66 anos).

O 14 de setembro é considerado feriado em todo o município de Vera Cruz. A festa do Senhor da Vera Cruz é um evento religioso, consistindo da caminhada de fiéis até a sua Igreja, onde se celebra missa solene. A comunidade é a responsável principal pela organização da festa.

O dia começa com o toque da alvorada. A rua principal da igreja e a praça ficam ornamentadas. De todas as partes, em romaria, homens, mulheres, crianças e visitantes chegam a pé, conduzindo a imagem do Senhor da Vera Cruz até a antiga colina sagrada. São aproximadamente três quilômetros e meio de caminhada. Após a celebração da missa, o pároco, em procissão frente ao andor, retorna à capelinha da comunidade, acompanhado pelos devotos.

O Senhor da Vera Cruz tem a imagem representada em trajes iguais ao do Senhor do Bonfim da Bahia com uma longa cruz de madeira e uma coroa de espinhos em sua cabeça. O corpo é desnudo, coberto apenas com um linho branco na parte da cintura. Os braços e os pés expõem os cravos pregados na cruz. Cada extensão da cruz de madeira se encontra ornada de ouro do século XVI. Apenas nesta data magna da Ilha é que se ornamenta o Senhor da Vera Cruz com esta relíquia dos antepassados portugueses. Em dias que antecedem à festa, realiza-se a novena com vários temas. São convidados membros de outras localidades para representar a temática da noite.

Tanto a velha igreja como a imagem do Nosso Senhor da Vera Cruz e o dique são palcos para as histórias mais fantasiosas daquele povo. Servem para pesquisas etnográficas. Os moradores de Baiacu, sobretudo, os mais idosos crêem, por exemplo, que exista, no “tanque”, pois esse é o modo como o dique é conhecido e denominado pela comunidade, um caixão repleto de ouro, cuja chave se encontra nas mandíbulas e sob a guarda constante de um jacaré.

Em torno dessa história, há um outro fato: quando não existia o sistema de abastecimento de água e esgoto e a população precisava lavar as roupas e buscar água no tanque, muitas pessoas encontravam porcelanas e ouro submersos ao redor do dique. Os moradores certificam também que existiam vários patinhos d’água encantados, isto é, apareciam à margem do tanque e, em seguida, desapareciam.

Diante dessas histórias, muitos mergulhadores profissionais arriscaram sua própria vida em busca do ouro no tanque. Tentaram encontrar o caixão misterioso e

esqueciam a lama movediça e os jacarés que ali existiam. Alguns acabaram sendo sugados. Daí a crença da população em dizer que o tanque é encantado, milagroso. Essa mítica popular em torno de fictícios tesouros é uma idéia fundada no fato de que a Ordem de Jesus teria escondido preciosidades, quando teve os bens confiscados por Portugal.

Na comunidade do Baiacu, há uma crença também em torno da imagem do Senhor da Vera Cruz. Alguns idosos relatam que, de sete em sete anos, um cavaleiro todo vestido de branco e montado em um cavalo passeia, à meia-noite, em toda a localidade. Eles acreditam que seja o Senhor da Vera Cruz que aparece para bendizer a terra.

Há outro exemplo de crença criado pelo imaginário fantasioso do povo baiacuense: o mito dos tijolos. Segundo alguns moradores, os tijolos que foram retirados da antiga igreja guardam consigo um bem precioso, o ouro. Para os habitantes, quem retirou os tijolos assim o fez porque, ao decifrar as palavras escritas em latim, logo descobriu que ali havia o metal amarelo. Mas, o fato é que muitos estudiosos, curiosos e visitantes tiraram-nos e também transcrevem o que se encontra sobre os tijolos, como se fosse um tipo de código, porém, nunca se soube da existência de ouro.

Independente da fé religiosa de origem católica e das crenças, os moradores do Baiacu aderiram à prática do sincretismo religioso. O candomblé e a umbanda persistem junto aos moradores. Existem, pelo menos, três terreiros, freqüentemente homenageando os seus santos protetores, com oferendas e batuques. A Igreja Universal do Reino de Deus e a Assembléia de Deus têm deslocado a fé de algumas *yaôs* para seus cultos.

A comunidade que ali se instalou é predominantemente negra, composta por marisqueiras e pescadores artesanais, que buscam na pesca de peixes e mariscos sua subsistência e única fonte de renda. Apenas algumas pessoas da localidade são funcionários da Prefeitura de Vera Cruz e do Estado da Bahia. Exercem cargos de professores primários, zeladores e garis. A população é distribuída por variadas faixas etárias, sendo a predominante a de criança entre 0 a 13 anos. A predominância do sexo feminino é maior na comunidade. A família é constituída aproximadamente de oito ou mais membros. Algumas pessoas, sobretudo os mais velhos e alguns adultos, cumprimentam-se dando “bom dia” e, principalmente “a benção”. Esse é um ato antigo e simbólico, principalmente na época de Semana Santa em que, todos, inclusive crianças, saem de casa para “dar a benção” e ganhar algum dinheiro com isso. Nos dias

úteis, que não o simbólico da Semana Santa, apenas algumas pessoas pedem ou dão a bênção, sobretudo para parentes e pessoas mais velhas da comunidade.

A cultura local é retratada também por meio do samba de roda, do terno de Reis e do carnaval mascarado, com as denominadas de “caretas”. Todas essas manifestações passaram a ser resgatadas no final de 2007. Segundo a Sr.^a Cleonice S. de Brito (74 anos), marisqueira e membro do samba de roda, as mulheres se reúnem todas as sextas-feiras para ensaiar, às 20 horas, com o fim de apresentações em outras localidades da Ilha.

Recentemente, o Samba de roda de Baiacu apresentou-se em um programa da TVE e, no município de Itaparica, a fim de prestigiar João Ubaldo Ribeiro, quando da festa de aniversário do escritor.

A Sr.^a Cleonice e várias outras senhoras e jovens participam do samba de roda, uma variação do batuque de Angola. Uma das participantes puxa o canto que logo é respondido pelas demais sambistas acompanhado por palmas, orquestrado por viola e pandeiros. Com saias rodadas ou de vestidos, mãos na cintura, com movimento rápido e curto dos pés, as mulheres entram no samba, dançam, sapateiam, requebram os quadris, em cadência com o ritmo da música, levantam a cabeça, rodopiam. De repente, uma das participantes vira e dá uma umbigada. Todos participam com sentimento nativista na arte de sambar, herança cultural dos ancestrais negros africanos.

Durante muitos anos, a localidade ficou isolada do restante do município, por terra, por falta de uma estrada asfaltada. O acesso era feito a pé ou por via marítima, com a utilização de embarcações do tipo canoa. Principalmente, pelo isolamento e dificuldades de acesso a cidades mais desenvolvidas, e pela tradição da população, os moradores de Baiacu guardaram o convívio da cura pelas plantas. Pelo menos, trinta ervas, de emprego distinto, foram identificadas pelo pessoal do projeto Parque Ecológico do Baiacu. São ervas que curam desde verminose até aquelas de uso abortivo, todas catalogadas.

Simbolizada também como “aldeia dos pescadores”, a comunidade do **Baiacu** tem à sua disposição, atualmente, os serviços da Colônia dos Pescadores Z-11 e do Projeto Repescar. A colônia Z-11 possui seus regulamentos vigentes pela lei da Aquicultura e Pesca e busca promover ações que possam associar o desenvolvimento social e econômico das comunidades pesqueiras, por meio do ordenamento e comercialização dos pescados, visando à sustentabilidade ambiental dos ecossistemas marinhos e dos estuários, assim como o cadastramento e a regularização dos pescadores.

Para o presidente da Colônia Z-11, senhor Antônio Monteiro, o seu objetivo é “*servir aos pescadores em termo de documentação e geração de empregos formais, com um resultado operacional em que deixasse o pescadô satisfeito.*” Ainda de acordo com o presidente, “*existe, aproximadamente, setecentos pescadores cadastrados, no sentido geral, que engloba Baiacu, Campinas, Ponta Grossa e Matarandiba. O que equivale a 70% de pescadores artesanais que antes não tinha documentação e que agora se pode dizê cidadão brasileiro.*” Com base em depoimento de Sr. Antônio Monteiro,

A Colônia é o órgão legal que tem autoridade para fazê qualquer serviço social com o pescadô, para depois com 60 anos, os homens, e 55 anos, as mulheres, serem aposentados. Mas, tem que está associado, contribuí com a Previdência, num período de doze anos e meio. A maioria dos pescadores de Baiacu e adjacências começô a se recadastrá em 2001, através do CNP-Cadastro Nacional da Pesca, que serve para dizê que o pescadô é um segurado especial.

Ao ser indagado acerca dos eventos ou projetos sociais existentes na comunidade, o presidente informa que:

Durante o dia 29 de junho, anual, a Colônia Z-11 realiza eventos para comemorá o dia dos pescadores, com festas, churrascos, cachorro-quente. Existe também um Projeto, o Pescando Letras, fundado em novembro de 2006. Serve para alfabetizá os pescadores, em um período de cinco meses e conforme período melhô para o pescadô.

Até o ano de 2009, entretanto, não se viu funcionar tal projeto. Segundo a SEAP/BA, na pessoa da coordenadora Ivonildes Santos, o Pescando Letras é uma parceria entre a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SEAP) e o Ministério da Educação, para estender às comunidades pesqueiras e o Programa Nacional de Alfabetização. O Projeto Pescando Letras é executado mediante convênios com prefeituras, governos estaduais, entidades da sociedade civil e até organismos internacionais.

No que se refere ao Projeto Repescar, existente na comunidade, ele se refere à Cooperativa dos pescadores e marisqueiras de Vera Cruz. Fundado em 2005, foi constituído sob a forma de Sociedade Cooperativa de natureza civil, sem fins lucrativos. Segundo depoimento do mobilizador social e professor da localidade, Geraldo Assis, membro do Projeto, o objetivo da Cooperativa é estritamente social. Para tanto, obrigam os seus associados a receber, beneficiar e colocar diretamente, nos mercados consumidores, o marisco e o pescado de seus associados; promover assistência social e

educacional aos associados e respectivos familiares, utilizando-se do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES). Conforme o coordenador geral, Rogério Santana, o projeto Repescar é um plano do PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais – que beneficia 13.000 pessoas de comunidades do município de Vera Cruz, na contra-costa da Ilha de Itaparica. Ao todo, são nove comunidades pesqueiras e agrícolas tradicionais que participam desse projeto, as localidades são: Baiacu, Cacha-Pregos, Campinas, Catu, Jiribatuba, Juerana, Matange, Matarandiba e Ponta Grossa.

De acordo com a diretora da Cooperativa, Elineuza S. Barbosa, marisqueira da comunidade de Baiacu,

Existem 250 pescadores cadastrados, incluindo as nove comunidades. Mas, devido as questões políticas, a Cooperativa e a Unidade de Beneficiamento de Mariscos não está em pleno funcionamento. Dez marisqueiras e dez pescadores trabalharão com o beneficiamento do produto, isto é, lavagem, catação, e embalagem. A maioria que faz parte do projeto é marisqueira. O projeto serve para reunir as pessoas, compartilhar informações sobre o meio ambiente, a fim de buscar uma solução para a melhoria dos manguezais, conscientizar as pessoas. No momento, estamos analisando o motivo porque o siri de Baiacu está morrendo rapidamente. Talvez porque se tem pescado com isca de peixe, antes era com caranguejo e o siri demorava para morrer. O projeto vai ajudar a descobrir isso.

A agressão que ocorre com o siri talvez seja em função da não sustentabilidade ambiental do ecossistema, decorrente da poluição e, também, do novo modo de se pescar. Não se pesca mais com cordão e jereré, mas, sim, com uma gaiola feita de rede e arames, que eles denominam “gaiola de siri”. Até o ano de 2009 também não havia sinal de ativação da Cooperativa.

A comunidade de Baiacu é uma comunidade tradicional e depende do manguezal, para continuar a viver, depende da atividade extrativista para sobreviver. A pesca de xangó - um peixe bem minúsculo, conhecido em alguns lugares como pititinga -, de baiacu, de tainha, de camarão, de aratu, de siri, a captura de caranguejos e a cata de diversos tipos de mariscos são a base da economia e do sustento dos seus habitantes. Por isso, a canoa é a embarcação típica da localidade, serve como meio específico para a aquisição dos pescados, e como símbolo do quadro socioeconômico daquele lugar. De acordo com Ribeiro (1984, p.12), “o trabalho de pescar embora incerto pela própria natureza, era coisa que sucedia como as noites e os dias e, se demandava atenção e disciplina, também despertava um sentimento arrebatador de liberdade”.

Sabe-se que é de característica particular da pesca artesanal que as populações envolvidas habitem espaços próximos aos locais da pesca. A comunidade do Baiacu é

uma dessas populações. De acordo com estudos direcionados à pesca, é habitando junto ao mar, nas áreas de terra ribeirinhas, nas comunidades pesqueiras, que o pescador desenvolve o saber empírico sobre a sua atividade e controle do meio ambiente. É na relação entre comunidade pesqueira e os recursos naturais, na forma particular dessa em lidar com esses recursos, que se cria e recria o saber, passado de geração em geração, permitindo que habitantes destes grupamentos detenham o mínimo de controle sobre os recursos materiais e explorá-los como forma de sobrevivência.

Cerca de 22% da população brasileira se concentram na faixa considerada como beira-mar, e a pesca é uma atividade importante do ponto de vista econômico, social e cultural. A atividade de pesca extrativa marítima e estuarina gera aproximadamente oitocentos mil empregos diretos e cerca de três milhões de pessoas que dependem direta ou indiretamente do setor. Isso não é diferente em **Baiacu**. Os pescadores, mesmo surpreendidos por ventos fortes, chuva e mar agitado, utilizavam todas as tentativas de manter sob controle as embarcações, o medo e o pânico que porventura os envolviam na eminência de um naufrágio. Naquela época, conforme o Sr. JSP (86 anos), “ *tã tẽpo que os pescadore tã sempre a certeza do sucesso, retornava livre com seus petrecho de pesca pro porto de Baiacu, e dava graças a Deus e ao Senhô da Vera Cruz*”.

Sérios problemas foram constatados na comunidade, tais como: devastação do manguezal, pois, devido à falta de saneamento básico, os dejetos residenciais acabam se destinando ao esgoto sem tratamento para a maré; redução dos mariscos, peixes; empobrecimento das pessoas da comunidade; falta de informação; exploração de mão de obra; dupla ou tripla jornada de trabalho na pescaria; falta de reconhecimento do trabalho realizado. A população carece de expansão dos serviços públicos e sociais, como exemplo: o acesso ao local é deficiente, dificuldade de assistência médica, falta de ginásio escolar, supermercado e transporte coletivo.

O único meio de transporte é a kombi. Raríssimas vezes um carro particular aparece para transportar passageiros. Algumas kombis são cadastradas, regularizadas, em Mar Grande, e outras são clandestinas. Em **Baiacu**, a maioria desse transporte pertence a uma família que tenta monopolizar o uso desses veículos. São duas linhas: uma para Baiacu-Mar Grande, faixa azul, e outra para Baiacu-Bom Despacho, faixa amarela. Não tem horário para sair. O valor da passagem, até fevereiro de 2009, era de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos), se para Mar Grande, caso o destino seja para Bom Despacho, o valor é de R\$ 4,00 (quatro reais). O custo de vida é alto, em vista de ser o local longínquo. Mas, mesmo assim, a população é alegre, hospitaleira. A

ociosidade dos jovens talvez contribua para o alto índice de gravidez e uso de drogas, concorrendo para o aparecimento da violência, fato nunca antes presenciado na comunidade. As pessoas são modestas, mas existem algumas moradias humildes, contrastando com outras mais exuberantes.

A arquitetura das casas é muito simples. A construção é do tipo duas águas, com sala, quartos e cozinha, interligados por um corredor. A maioria é do tipo sopapo ou taipa, porém, atualmente, há casas sendo construídas com dois ou três andares. Houve um aumento significativo de casas, calcula-se mil ou mais de mil casas. Conforme Osório (1979):

[...] nos meados do século XVIII, em Baiacu existia 367 casas e uma população calculada em 2897 habitantes. Eram raras habitações com estacadas de ossos de baleia protegendo velhas construções e uns tejupares onde os pescadores guardavam seus utensílios de pesca (OSÓRIO, 1979, p.308-309).

Pode-se observar também o aumento de bares, duas panificadoras, igrejas evangélicas. Até 2006, existiam duas igrejas. Atualmente, são quatro (Universal, Testemunha de Jeová, Batista e a Católica). Há um campo de futebol e a pretensão de se implementar uma biblioteca comunitária. Um fato curioso e preocupante que ocorre é a devastação rapidamente de toda a mata que existia na estrada que liga Coroa a **Baiacu**. Estão construindo casas e fazendas em toda extensão.

Outro fato alarmante que ocorre na comunidade é o das queimadas florestais. Grande parte das árvores foram derrubadas e queimadas, em virtude da produção de carvão mineral, da construção de novas casas e da escavação de areia com fins comerciais, para as casas de materiais de construção da Ilha. Não há fiscalização. Esse fato é visível logo nos primeiros quilômetros que levam à estrada que dá acesso a **Baiacu**. Próximo a esse desmatamento, encontra-se uma das fontes de água mineral, cuja riqueza é singular e reconhecida por moradores e veranistas: é a Fonte de Catita, considerada como uma das melhores de água mineral existente na Ilha. Mas, o desmatamento pode vir a prejudicar essa riqueza natural. É desolador. Os próprios moradores da comunidade e o presidente da Colônia dizem que “daqui a pouco, não teremos nenhuma mata, nem estrada, só casas.”

Os serviços sociais disponíveis para essa população estão assim distribuídos: um posto de saúde, duas escolas públicas de 1º grau, uma creche que atende crianças de 02 a 06 anos e um posto policial. No entanto, há muita carência na comunidade.

Por exemplo, quando os moradores necessitam de assistência médica especializada, farmácias e serviços bancários, dirigem-se a Mar Grande, Itaparica e Salvador.

Na atualidade, existem, aproximadamente, 6000 (seis mil) habitantes em **Baiacu**. Geralmente, essas pessoas se alimentam apenas de peixe e marisco e farinha de mandioca. Têm o hábito de comer com as mãos, relembrando os hábitos indígenas. Vestem-se sempre com o básico: jeans, short, saias e camisetas para os mais jovens, vestidos para as mulheres mais idosas. Os homens vestem-se de calça, apenas em ocasiões de festa ou se viajam para ‘alguma diligência’, conforme garante o mestre CG (54 anos). São raros os que ficam constantemente de calça, como exemplo, o mestre JSP, de 86 anos.

As mulheres aproveitam o lazer, conversando com as amigas, ou então, em bares. Os homens, da mesma forma. Apenas algumas pessoas na comunidade vão à igreja católica, aos domingos, e também quando o padre aparece para celebrar missa. Entretanto, tem aumentado o número de fiéis às igrejas evangélicas existentes na comunidade.

O mundo mental das pessoas da comunidade do Baiacu é povoado de misticismo e também de fantasias. É um pouco misterioso. Existem pessoas jovens que perdem a lucidez. Conforme um dos livros de Ribeiro (1984), a loucura e também o desempenho sexual do povo da Ilha, talvez, aconteçam, devido à quantidade de mariscos que eles consomem.

O ambiente e o perfil da população tradicional da localidade de Baiacu são definidos como cultura tradicional, pois seus padrões de comportamento são transmitidos socialmente, e usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados compartilhados, além de seus produtos materiais. Mas isso não significa dizer que a população, por ser tradicional, não esteja sujeita a mudanças oriundas de fatores extrínsecos. Apesar de tudo, o povo de Baiacu é, como afirma Ribeiro: “[...] gente de Baiacu e possui conhecimentos e habilidades tão bonitos. Gente que pescava o peixe, que plantava verdura, que fiava pano, gente de toda espécie [...] muitas coisas por dentro e por trás desse conhecimento” (1984, p.318).

Os habitantes de **Baiacu** têm dois traços singulares que os diferenciam dos demais: a receptividade e o sorriso. Seja quem for, venha de onde vier, será sempre recebido de braços e portas de casas abertos. Todos são convidados para almoçar e rir com essa simples gente. Gente que expressa muito misticismo, acredita em muitas

histórias. Gente com seus costumes, tradições familiares, e faz uso próprio da linguagem. Gente que, apesar das adversidades, sobrevive.

Sujeitos históricos como os pescadores e demais pessoas da Ilha podem ter suas memórias e lembranças preservadas para o conhecimento humano de gerações futuras, através do reconhecimento da atividade pesqueira. Entende-se, nesse sentido, que a comunidade de **Baiacu**, assim como da própria Ilha de Itaparica, possui particularidades que fogem à nulidade discursiva dos foucaultianos que negam a existência do sujeito histórico e a própria realidade concreta.

Baiacu é uma comunidade de fala, é uma unidade social, nos termos da teoria sociolingüística. Em outras palavras, é um grupo de falantes que compartilham traços lingüísticos e que se distinguem dos demais grupos. Compartilham características comuns.

O léxico dos pescadores comprova esse fato: uma comunidade de fala em função do uso de traços específicos, em que há densidade de comunicação e normas compartilhadas. No dizer de Guy (2000), “é uma comunidade de fala porque o domínio no qual os processos sociolingüísticos de acomodação e convergência ocorrem. Dito sucintamente, fala-se como as pessoas COM as quais se fala.”. Nesse sentido, depreende-se que a comunidade de fala de **Baiacu** é um grupo que representa possibilidades várias de identidade e de diferença significativas tanto no que se refere ao campo da língua, como aos demais fenômenos sociais e culturais. Conforme se pode perceber, o povoado do **Baiacu** revela ser um campo riquíssimo para pesquisas lingüísticas e etnográficas, detentor de um vocabulário antiqüíssimo relativo à língua de especialidade da pesca que precisa ser registrado, a fim de que não seja ignorado ou até mesmo perdido.